

# Centrão espera ter 300 assinaturas

BRASÍLIA — O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) anunciou ontem que o Centrão conseguiu recolher até o final da tarde de ontem 250 assinaturas, 80 a mais do que no dia anterior, de apoio às propostas do grupo para reformular o projeto de Constituição preparado pela Comissão de Sistematização. O prazo de recolhimento esgota-se hoje à meia-noite e segundo o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o Centrão deverá totalizar 300 assinaturas.

Fiúza acrescentou que as dificuldades iniciais para recolher as assinaturas ocorreram pelo excesso de burocracia que o próprio Centrão impôs ao processo de coleta, que não funcionou.

Pelo esquema montado, os constituintes que desejassem apoiar as emendas do Centrão deveriam comparecer à secretaria montada pelo grupo na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Outra opção era recorrer aos coordenadores estaduais, no caso daqueles parlamentares que não pretendessem viajar a Brasília esta semana.

O clima de otimismo, entretanto, não é comum a todos os centristas. Outro coordenador de mobilização, o Deputado Basílio Viliani (PMDB-PR), tem uma relação de 100 nomes que ainda não deram o apoio às propostas. Indagado se atingiria o total necessário até o fim do prazo, respondeu:

— Só Deus sabe. Da mesma forma, o Líder do PTB, Deputado Gastone Righi (SP), critica-



Integrantes do "Grupo dos 32" (à direita) e do Centrão (à esquerda) tentam encontrar o caminho do consenso

va o esquema montado pelo grupo: — A mobilização está abaixo do esperado. Será uma desgraça para o País se falharmos agora.

Além da falha no esquema de coleta de assinaturas, o Centrão vem registrando defecções. Depois do Deputado Erico Pegoraro (PFL-RS) e do Senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE), outros políticos comunicaram o afastamento do grupo. Foi o

caso do Senador Gerson Camata (PMDB-ES) e dos Deputados Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI) e Atilio Lyra (PFL-PI). O Senador Meira Filho (PMDB-DF), disse que só se decidirá hoje, depois da reunião de bancada do seu partido.

Cerca de 150 centristas assinaram as propostas em branco. Mas o fato de os coordenadores não terem em mãos o projeto definitivo do grupo

atrapalhou bastante. Segundo Fiúza, ele mesmo foi contra este método. Mas, sem dúvida, adiantou muito o processo. Fiúza disse ainda que alguns governadores e ministros estão auxiliando o Centrão nesses momentos finais. Citou como o mais diligente, o Ministro da Saúde, Borges da Silveira, que chegou a pegar a relação dos que ainda não assinaram para se empenhar pessoalmente.

## Coordenadores comandam a ofensiva

BRASÍLIA — Com muitas horas de trabalho, mais de dez funcionários ao telefone convocando deputados, vários outros percorrendo gabinetes para recolher assinaturas e um tratamento bastante cortês para cada um dos constituintes, o Centrão está tentando obter as 280 assinaturas necessárias às emendas que o grupo patrocina, com perspectiva de chegar a 300. Instalados na Sala onde funciona, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Minas e Energia, o grupo distribui as tarefas entre seus vários coordenadores.

O trabalho varia a noite e ninguém tem hora para almoçar. Sempre ao telefone, o Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores, procurava ontem o apoio de seus companheiros:

— Precisamos de gente aqui — repete a cada um dos constituintes que o procurava.

Quando o Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) o cumprimentou ao telefone, Daso, já demonstrando cansaço, respondeu: "Ou vem gente para cá ou não podemos fazer mais nada".

O Deputado queria a colaboração dos demais coordenadores do grupo para a ofensiva de recolhimento de assinaturas e, especialmente, para

explicar aos demais deputados o teor das emendas que o Centrão está patrocinando e suas repercussões.

— Os deputados ficam lá em baixo esperando um dos coordenadores para lhes explicar as emendas. Como ninguém chega, eles acabam indo embora aborrecidos — observou Daso, pedindo a presença também do Deputado Benito Gama.

No telefone ao lado, o Deputado Basílio Viliani (PMDB-PR) pedia a presença do Deputado José Lins (PFL-CE), coordenador do Centrão na Comissão Temática, responsável pelo texto final das emendas do grupo. Ao mesmo tempo, a Deputada Eunice Michiles (PFL-AM) assinava dezenas de emendas patrocinadas pelo grupo.

Dinâmico e ao mesmo tempo atento a todas as movimentações na sala onde trabalha, Daso Coimbra ordenava quem funcionário preparasse uma lista de assinaturas para ser enviada a São Paulo, em forma de fac-símile, para obter o apoio de um deputado que está doente.

Também os coordenadores de bancada estão em seus Estados recolhendo assinaturas de companheiros e, hoje, o Centrão deve apresentar o resultado final de todo o seu trabalho.

## Medeiros rebate acusação de Meneguelli

BRASÍLIA — O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, defendeu hoje junto ao Centrão e aos demais grupos da Constituinte a garantia da indenização progressiva — com retroatividade — como forma de compensar os trabalhadores pela demissão imotivada. Ele contestou ontem a acusação de que a proposta legaliza as demissões e a rotatividade da mão-de-obra, feita pelo Presidente da CUT, Jair Meneguelli.

Na opinião de Medeiros, Meneguelli está defendendo a pior proposta, a aprovada na Sistematização:

— A proposta permite a rotatividade porque não garante a estabilidade para os contratos a termo ou quando as empresas enfrentarem problemas econômicos ou tecnológicos. Eles copiam o modelo de Portugal, só que ele resultou na maior rotatividade de mão-de-obra daquele País.

Mas Meneguelli, que está em Brasília, acha que a fórmula apoiada pelo Centrão é um golpe contra os trabalhadores:

— A garantia no emprego é uma questão vital para a classe trabalhadora brasileira, submetida a uma das mais altas rotatividade do mundo. O engodo da "indenização pro-

gressiva" procura legalizar as demissões. E o facão legalizado e mantido permanentemente sobre a cabeça de milhões de chefes de família.

Medeiros considera as observações de Meneguelli "subjetivas":

— Quero saber quem defende melhor e com mais competência os trabalhadores. Estou negociando porque é tarefa do sindicato negociar com quem tem poder. O Meneguelli não negocia porque não tem proposta.

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos acrescenta que a sua proposta está sendo muito bem recebida nas suas bases:

— No sábado, numa reunião no sindicato, a proposta foi aprovada por 400 ativistas. Apenas um ficou contra.

Na reunião de hoje com o Centrão, ele defenderá a retroatividade dos direitos no caso de aprovada a indenização progressiva, uma proposta contestada pelos empresários. Ele faz questão de que isto fique explícito no texto constitucional, por um motivo simples:

— A maioria dos políticos não é confiável. Em 45, escreveram que "é

## Diretoria do Sindicato respalda as negociações

A Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo respaldou ontem a posição do Presidente da entidade, Luis Antônio de Medeiros, de defender, nos contatos que está mantendo com integrantes do Centrão, a proposta de substituir a estabilidade pela indenização equivalente a um aviso prévio por ano de contrato do trabalhador demitido sem justa causa.

A decisão foi tomada ontem de manhã poucas horas antes de Medeiros embarcar para Brasília.

Segundo o Tesoureiro do Sindicato, José Francisco Campos, toda a diretoria da entidade enten-

de de esta é a melhor forma de proteger o trabalhador:

— Lembro-me que em 1966, quando tinha nove anos e meio de casa, o departamento de pessoal da empresa em que trabalhava me chamou para propor o pagamento de parte dos meus direitos para ser demitido e recontratado, ou o pagamento de todos os direitos e a demissão. Isto é, ninguém conseguia chegar aos 10 anos de casa e ganhar estabilidade, como era de lei. Hoje é a mesma situação. A estabilidade pura não será aprovada pois este é um mundo capitalista e a nossa fórmula poderá evoluir para algo melhor no futuro — disse Campos.

## Emenda a favor dos cinco anos tem o apoio de 297

BRASÍLIA — O Deputado Airton Sandoval, Presidente do PMDB de São Paulo e ligado ao Governador Orestes Quércia, foi um dos últimos a endossar ontem a emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) que prevê mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. No fim da tarde, a emenda já tinha 297 assinaturas, 152 de peemedebistas, a metade mais um dos parlamentares do partido na Constituinte.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, anunciou satisfeito a adesão de Sandoval, que negava que já houvesse assinada a emenda, mas admitia que poderia fazê-lo.

— Assino todas as emendas, porque acho que não se pode deixar de discutir nada em plenário. Mas não significa que vou votar pelo mandato de cinco anos. Até lá eu resolvo — justificou.

No PFL, 105 constituintes apoiaram a emenda. No PDS, 25, no PTB, 12, no PL, dois e no PDT, um, o Deputado Feres Nader (RJ). A expectativa do Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos coordenadores de mobilização do apoio à emenda, era que o número de assinaturas atingisse hoje cerca de 310, já que várias listas de adesão ainda não haviam chegado, até o início da noite, ao gabinete de Sant'Anna.

O Governador de Goiás, Henrique Santillo, garantiu, por exemplo, que toda a bancada do Estado, com exceção do Deputado Iran Saraiva, vai assinar a emenda — informou.

A coleta de assinaturas para a emenda está centralizada, desde o dia 7, no gabinete de Sant'Anna. Lá chegaram as listas distribuídas aos Ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, do Gabinete Civil, Costa Couto, das Relações Exteriores, Abreu Sodré, do Urbanismo, Prisco Vianna, e do Interior, João Alves. Magalhães foi o que mais trabalhou no contato com os políticos, recolhendo, pessoalmente, quase 50 das 105 assinaturas dos peemedebistas. O segundo melhor desempenho, segundo Marcos Lima, foi de

## Emenda a favor dos cinco anos tem o apoio de 297

Prisco Vianna. Entre os constituintes, os que mais correram atrás de assinaturas foram Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho de Antônio Carlos, Marcos Lima e Paulo Zarzur (PMDB-SP).

A preocupação de Sant'Anna, ontem, era a coleta das últimas adesões. Como a da Deputada Dircé Quadros (PTB-SP), filha do Prefeito Jânio Quadros, que insistia em assinar a emenda dentro do Palácio do Planalto, no gabinete de Sarney. Os assessores de Sant'Anna tentavam dissuadi-la da idéia. Um emissário foi enviado ontem para São Paulo para recolher a assinatura do Deputado José Camargo (PFL-SP), que chegaria à noite de uma viagem ao exterior.

Abreu Sodré, após despacho ao Palácio do Planalto, informou que Sarney já considera certo o mandato de cinco anos e "se sente seguro" com relação a isto. De acordo com o Ministro, Sarney "está muito tranquilo" quanto aos trabalhos da Constituinte.

Sodré acredita que "houve uma melhora marcante em favor dos cinco anos", que, também na sua opinião, já estão assegurados. Perguntado por que o Presidente está tão tranquilo com relação à Constituinte, o Ministro disse que Sarney deve ter informações suficientes para acreditar na vitória do mandato de cinco anos.

Como os demais Ministros, "uns mais, outros menos", Sodré afirmou que está trabalhando pelos cinco anos, o que considera legítimo.

— Faço este trabalho por convicção, pois acho essa posição melhor para o País e para que o Presidente possa concluir sua obra de transição democrática, resolver os problemas de ordem econômico-financeira e completar seu programa social.

Segundo Sodré, que é presidencialista, a questão do sistema de governo não foi abordado durante o despacho de ontem, cujo objetivo era programar uma viagem por mês do Presidente ao exterior.

## Emenda de Ulysses visa a facilitar mudanças

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, está patrocinando uma emenda com o objetivo de facilitar mudanças na futura Carta. Através dela as modificações seriam possíveis com a aprovação de três quintos dos Deputados, em vez dos dois terços exigidos atualmente.

Segundo Ulysses, o quorum de dois terços é excessivamente elevado e torna as alterações no texto constitucional praticamente impossíveis. No Congresso atual, dois terços significam 373 votos. E três quintos representam 336 votos.

## Discordância continua em 13 pontos ainda polêmicos

BRASÍLIA — Com acordo obtido em 70% de seus textos, o Centrão e o "Grupo dos 32" encerraram seus trabalhos de ontem ainda com 13 itens de discordância em pontos importantes da nova Constituição: a estabilidade, a imprescritibilidade das causas trabalhistas, o conceito de empresa nacional, o controle do Estado sobre a economia, a ampliação da representação parlamentar na Câmara, o direito de greve para os servidores, o voto facultativo aos 16 anos, a idade de aposentadoria dos magistrados, a audiência preliminar nas causas judiciais, o conceito de bens da União, o Conselho Federal de Justiça e a escolha do Procurador Geral da República.

O Centrão, o "Grupo dos 32" e o "Centrinho" reuniram-se ontem durante todo o dia, na tentativa de terminar seus trabalhos antes do término do prazo para apresentação de emendas, à meia-noite de hoje. A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), do "Grupo dos 32", explicaram, porém, que as negociações poderão prosseguir mesmo após este prazo, pois os grupos não são obrigados a apresentar emendas coletivas conjuntas. O mais provável é que cada grupo apresente separadamente a maioria de suas propostas, preenchendo todas as opções possíveis.

A principal contramarcha nos trabalhos de ontem foi na questão da

estabilidade, quase acertada na véspera. Desta vez, retrocederam tanto o "Centrinho" quanto o "Grupo dos 32", que tinham apresentado uma redação alternativa que remetia a questão à lei ordinária, mas garantia que esta estipularia uma indenização compensatória.

O Centrão afirma em seu texto que a estabilidade será assegurada mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço. O "Grupo dos 32" estipula que a relação de emprego terá garantia contra a despedida arbitrária, mas remete o assunto à lei ordinária. O Centrinho agora apóia esta redação.

## Newton e Moreira não se entendem sobre o mandato

Os Governadores do Rio, Moreira Franco, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, conversaram ontem a portas fechadas no Palácio Laranjeiras durante 55 minutos. O encontro se desenrolou num clima de constrangimento e, ao final, não houve consenso quanto à duração do mandato do Presidente José Sarney.

Em entrevista após a reunião, Moreira repisou a necessidade de se realizar eleições este ano. Newton afirmou que o "povo não está preocupado com isso, mas sim com um programa social que lhe garanta casa, comida e saúde".

As divergências não pararam aí: Newton anunciou a realização de um encontro de governadores do PMDB, em Belo Horizonte, dia 28. Moreira fez-se de desentendido.

Newton pretende reeditar, dia 28, em Belo Horizonte, uma reunião de governadores peemedebistas como a realizada, por Moreira Franco, em outubro. Na sua opinião, até este novo encontro deve prevalecer a Carta do Rio de Janeiro, na qual todos os

governadores manifestaram-se favoráveis a um mandato de cinco anos, com sistema presidencialista.

O Governador de Minas não cre numa mudança de posição do conjunto de governadores e assegura ter informações de que a emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) terá o apoio de cerca de 300 constituintes. Sem citar a fonte, Newton revelou ter sido informado também de que o Governador Orestes Quércia, estaria avançando em direção aos cinco anos.

De resto, houve entendimento. Os dois defendem a conclusão, o mais rápido possível, dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e a definição de um programa de metas para o PMDB.

Newton almoçou com cerca de 250 empresários na Associação Comercial e avistou-se com o Comandante Militar do Leste, General Wilberto Luis Lima. Aos empresários, o Governador fez um minucioso relato dos esforços para desenvolver a economia mineira.

INFORME PUBLICITÁRIO